



MINISTÉRIO DAS CIDADES
Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental

**PANORAMA DOS PLANOS MUNICIPAIS DE
SANEAMENTO BÁSICO NO BRASIL**

Edição: Janeiro de 2017

INTERÁGUAS
Programa de Desenvolvimento do
SETOR ÁGUA

Ministério
das Cidades



República Federativa do Brasil*Michel Miguel Elias Temer Lulia***Presidente da República***Bruno Araújo***Ministro das Cidades***Luciano Oliva Patrício***Secretário Executivo do Ministério das Cidades***Alceu Segamarchi Júnior***Secretário Nacional de Saneamento Ambiental***Gustavo Zarif Frayha***Chefe de Gabinete***Hélio José de Freitas***Diretor de Desenvolvimento e Cooperação Técnica - Substituto***Johnny Ferreira dos Santos***Diretor de Águas e Esgotos***Ernani Ciríaco de Miranda***Diretor de Articulação Institucional****Equipe Técnica***Marcelo de Paula Lelis***Gerente de Projetos***Alexandre Araújo Godeiro Carlos***Assessor Técnico e Coordenador do Estudo***Berenice de Souza Cordeiro***Consultora do Programa Interáguas***Fernando Costa Milhome da Silva**Denise de Souza Almeida**Isabela Mirna Marques Lourenço**Marilia Candida Pinto Borges***Estagiário(a)s**

LISTA DE SIGLAS

ABAR	Associação Brasileira de Agências de Regulação
ABLP	Associação Brasileira de Resíduos Sólidos e Limpeza Pública
ABM	Associação Brasileira de Municípios
ABCON	Associação Brasileira de Concessionárias Privadas dos Serviços de Água e Esgoto
ABES	Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental
Abrelpe	Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais
ABLP	Associação Brasileira de Resíduos Sólidos e Limpeza Pública
AESBE	Associação das Empresas Estaduais de Saneamento Básico
ARIS/SC	Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento do Estado de Santa Catarina
ARSAE/MG	Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais
ASSEMAE	Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento Básico
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAIXA	Caixa Econômica Federal
CESB	Companhia Estadual de Saneamento Básico
CBH	Comitê de Bacia Hidrográfica
CNM	Confederação Nacional dos Municípios
ConCidades	Conselho das Cidades
Consórcio Pró-Sinos	Consórcio Público de Saneamento Básico da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos: Pró-Sinos
COPANOR	COPASA Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A
COPASA	Companhia de Saneamento de Minas Gerais
Embasa	Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.

FJP/MG	Fundação João Pinheiro/MG
FNU	Federação Nacional dos Urbanitários
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MCidades	Ministério das Cidades
Munic	Pesquisa de Informações Municipais do IBGE
Plansab	Plano Nacional de Saneamento Básico
PGIRS	Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos
PMSB	Plano Municipal de Saneamento Básico
RIDE	Região Integrada de Desenvolvimento Econômico
SACI	Sistema de Acompanhamento e Controle dos Investimentos
SIH	Secretaria de Infraestrutura Hídrica
SINAENCO	Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva
SNIC	Sistema Nacional de Informações das Cidades
SNIS	Sistema Nacional de Informações em Saneamento
SNSA	Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental
SRHU	Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano
UnB	Universidade de Brasília
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

PANORAMA DOS PLANOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO BÁSICO NO BRASIL

SUMÁRIO

1.	APRESENTAÇÃO	6
2.	METODOLOGIA.....	10
2.1	METODOLOGIA DO PANORAMA PRELIMINAR	14
2.2	METODOLOGIA DO PANORAMA CONSOLIDADO	19
3.	PASSO A PASSO DA CONSTRUÇÃO DO PANORAMA CONSOLIDADO	24
3.1	RESULTADOS INICIAIS	28
4.	PASSO A PASSO DA CONSTRUÇÃO DO PANORAMA PRELIMINAR	28
5.	PANORAMA: RESULTADO FINAL- VERSÃO 1/2016	30
6.	ANEXOS.....	35
6.1	ANEXO 1	35
6.2	ANEXO 2	38
6.3	ANEXO 3	39

1. APRESENTAÇÃO

De acordo com a legislação vigente, compete à Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades (SNSA/MCidades) estimular o desenvolvimento institucional do saneamento básico¹, aportando assistência técnica para realização de estudos e pesquisas, apoiando tecnicamente o titular dos serviços públicos de saneamento básico na elaboração dos planos, na estruturação dos sistemas de informação e na capacitação dos agentes que atuam na área para a implementação efetiva do marco legal do setor. A melhoria da gestão é condição necessária para alcançar a universalização do acesso e a melhoria dos serviços prestados à população, caminho pelo qual o saneamento pode contribuir para reduzir as desigualdades sociais e regionais que tanto desafiam o nosso país. No nível dos municípios, a contribuição passa pela criação e consolidação dos instrumentos estruturantes do planejamento, sendo este uma função indelegável do titular.

A Lei nº 11.445/2007, que dispõe sobre as diretrizes nacionais e a política federal para o setor, estabelece que cabe ao titular dos serviços formular a política pública de saneamento básico, devendo para isto elaborar o Plano, entre outras atribuições. A obrigatoriedade do Plano também condiciona a prestação dos serviços, que precisam ser regulados e submetidos ao controle social. O governo federal, considerando o seu papel estratégico de gestor das principais fontes de investimento no saneamento básico, vem atuando de forma sistemática e sinérgica no apoio a estados e municípios, tendo em vista a boa gestão, a aplicação eficiente dos investimentos, a participação popular e o controle social.

A existência de plano de saneamento básico condiciona o acesso aos recursos orçamentários da União, ou por ela administrados, quando

¹ Face a relevância e abrangência do seu papel, que se estende ao ciclo da política e da gestão do saneamento básico como um todo, a SNSA/MCidades conta com o apoio do Programa de Desenvolvimento do Setor Água (**Interáguas**), resultado do Acordo de Empréstimo n.º 8074-BR, firmado entre o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD e a República Federativa do Brasil, que visa aprimorar a articulação e coordenação de ações que têm na água seu elemento principal. Para executar as ações do Componente Saneamento Básico do **Interáguas**, a SNSA/MCidades firmou Projeto de Cooperação Técnica (PCT) com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – **IICA** (PCT BRA/IICA/13/005).

destinados a serviços de saneamento básico, como estabelece o §2º do art. 26 do Decreto nº 7.217/2010. Neste mesmo decreto, a Presidência da República determina que municípios que se interessarem em pleitear recursos da União devem elaborar o seu plano de saneamento básico até 31 de dezembro de 2017, contando com o órgão colegiado já instituído para exercer o controle social.

A SNSA/MCidades apresenta esta publicação **Panorama dos Planos Municipais de Saneamento Básico no Brasil**, com o objetivo de subsidiar a formulação dos programas federais e informar ao Conselho das Cidades (ConCidades) e ao setor como um todo sobre a situação atual dos planos, tendo em vista a aproximação do término do prazo estabelecido no referido decreto.

O Panorama integra uma estratégia mais estruturante do governo federal que, por meio da SNSA/MCidades, visa fortalecer o apoio à elaboração/implantação dos planos e avaliação de políticas públicas em saneamento básico. Esta estratégia envolve ainda a produção de peças técnicas que se somam ao acervo já existente sobre o tema, a promoção de campanhas de sensibilização e mobilização de governos e sociedade civil; que, no conjunto, consolidam uma linha de apoio aos municípios com ações de assistência técnica e de capacitação dos gestores públicos, técnicos municipais, conselheiros de políticas públicas e lideranças comunitárias para qualificar a capacidade de gestão do poder público, a participação popular e o controle social no saneamento básico, particularmente no campo da política e do plano.

A SNSA/MCidades organiza a sua atuação e fundamenta o seu apoio aos municípios com base na premissa de que é fundamental compreender que elaborar o Plano é construir um pacto social, que o plano não se resume a uma mera peça técnica.

Ao entender o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) como objeto de um pacto social construído sobre uma determinada realidade - onde

existem conflitos de interesses, forças a favor e forças contrárias à mudança do *status quo*, disputa em torno dos recursos disponíveis, necessidade de fortalecimento do capital social e da capacidade técnica - é fundamental que os agentes locais compreendam a lógica do jogo político que se instaura no momento de conduzir processos dessa natureza. Isto, sem perder de vista, o entendimento de que os atores públicos e sociais (comunitários e privados) não chegam em igualdade de condições para participar da formulação de políticas públicas, onde se insere a elaboração do plano. É preciso que este processo seja democrático e inclusivo. Para isto é necessário que o município coordene uma dinâmica para viabilizar a participação reduzindo as assimetrias de informação e de poder, fazendo do processo de elaboração do Plano uma arena onde possam emergir os conflitos de interesses e as contradições e, deste caldo, criar as possibilidades de negociação e pactuação em torno de ações que sejam capazes de melhorar as condições de vida da população e do meio em que vivem, traduzindo o que está na lei em agenda pública.

A partir desta concepção, as diretrizes da SNSA/MCidades que orientam o apoio aos municípios na condução do processo de elaboração, implantação, acompanhamento e avaliação dos planos de saneamento básico, afirmam o Plano como:

- Objeto de construção de um **pacto social**, capaz de contribuir para reverter às desigualdades sociais por meio da universalização do acesso aos serviços, recuperar a integridade ambiental e sensibilizar a todos sobre a relevância da política e da gestão dos serviços de saneamento básico para a agenda de desenvolvimento do município;
- Instrumento de planejamento territorial que **não se encerra no relatório do Plano**, e necessariamente se desdobra na implantação das ações propostas, acompanhamento e avaliação dos impactos e resultados;
- Oportunidade para colocar o **saneamento básico na agenda da cidade** e assim envolver os agentes públicos e sociais em um ambiente de cooperação, com responsabilidades compartilhadas entre todos;

- Instrumento **orientador das políticas, programas e ações** de saneamento básico no âmbito municipal, buscando sua observância na previsão orçamentária e na execução financeira;
- Estratégia de interlocução e articulação com outros planos setoriais correlatos por meio de uma abordagem do território que contemple a **dimensão regional** e o **contexto da bacia hidrográfica** onde o município está inserido, bem como a convergência com as diretrizes dos planos estaduais, quando forem adequadas para a realidade local;
- Produto de implementação das macrodiretrizes e estratégias do Plano Nacional de Saneamento Básico (**Plansab**), sobretudo no que tange o papel do município nas ações coordenadas de planejamento do setor e de articulações interinstitucionais e interfederativas;
- Condição para **pleitear recursos** junto à União, organismos internacionais e construir parcerias com empresas privadas sediadas no município;
- Referência para o exercício das funções de regulação e fiscalização do saneamento no município, sobretudo como **instrumento normativo dos contratos** de prestação dos serviços por agentes públicos e, se for o caso, por agentes privados;
- Oportunidade para **capacitação** de gestores públicos, técnicos, prestadores de serviços, conselheiros municipais e lideranças comunitárias que atuam na política pública de saneamento básico e áreas correlatas como moradia, saúde, meio ambiente, gestão de recursos hídricos, entre outras;
- Instrumento para fortalecer e qualificar a **participação popular e o controle social**, de maneira a influenciar o processo decisório sobre as prioridades de investimentos e de ações no território, assim como para garantir a qualidade dos serviços prestados à população; e,
- Ferramenta para organizar e/ou consolidar o **sistema municipal de informações** em saneamento básico, se possível gerando indicadores que fazem interface com as condições de saúde, do meio ambiente, das condições

de habitabilidade, entre outros, apoiando inclusive o processo de acompanhamento e avaliação dos resultados alcançados.

Antes de passar à apresentação da metodologia e os resultados do Panorama, salienta-se que este estudo se baseia nas seguintes premissas:

1. O acesso aos serviços de saneamento básico como um dos determinantes do direito à cidade, como preconiza o **Estatuto da Cidade**;
2. A **universalização** do acesso aos serviços de saneamento básico como instrumento de combate à segregação socioterritorial e de promoção da sustentabilidade ambiental;
3. O exercício da **participação popular e do controle social** no processo de formulação da política e de elaboração do plano, sua implantação, avaliação e revisão;
4. O estabelecimento de mecanismos para disseminação e amplo acesso às **informações** sobre os serviços prestados, as propostas relativas ao plano e os estudos que as fundamentam;
5. O plano como vetor de orientação da **legislação orçamentária** e sua compatibilidade com os planos diretores municipais;
6. A conformidade de alocação dos **recursos da União** com as diretrizes nacionais e a Política Federal de Saneamento Básico; e,
7. O papel de indutor do **MCidades** no processo de elaboração dos PMSB em todo o território nacional.

2. METODOLOGIA

O Panorama dos Planos Municipais de Saneamento Básico no Brasil traz neste primeiro levantamento um retrato sobre a existência do Plano, sem contemplar aspectos de natureza qualitativa que informem sobre o conteúdo mínimo desenvolvido e a qualidade da participação social implementada; o que se pretendia investigar após o encerramento do prazo estabelecido pelo Decreto nº 8.211/2014, inicialmente previsto para 31 de dezembro de 2015, que foi alterado pelo Decreto nº 8.269/2015 para: “Após 31 de dezembro de

2017, a existência de plano de saneamento básico, elaborado pelo titular dos serviços, será condição para o acesso a recursos orçamentários da União ou a recursos de financiamentos geridos ou administrados por órgão ou entidade da Administração Pública federal, quando destinados a serviços de saneamento básico”.

O Panorama foi construído em três etapas:

1. A primeira envolveu a consulta e sistematização dos dados secundários existentes sobre o assunto;
2. A segunda apurou informações por meio de dados primários mediante aplicação de um questionário, enviado ao conjunto de municípios brasileiros; e,
3. A terceira consistiu na consolidação dos resultados oriundos das diversas fontes adotadas em um banco de dados. Este banco de dados informa quantos e quais municípios declararam “possuir o Plano” ou que “o Plano estava em elaboração”, no horizonte temporal que abrange as fontes consultadas.

Além dessas duas informações – “com Plano” e “Plano em elaboração”, o Panorama identificou algumas inconsistências. Em linhas gerais, a inconsistência foi identificada quando a análise das respostas de um determinado município em todas as fontes consultadas acusou alguma incoerência. Por exemplo, em uma fonte de data anterior declarou que possuía o Plano e em outra fonte, mais recente, declarou que não possuía o Plano, ou ainda, que estava elaborando o Plano. Mais adiante, serão mencionados todos os tipos de inconsistência identificados, envolvendo quais tipos de conflitos entre as fontes.

A estratégia metodológica adotada para construção do Panorama ancora-se em três linhas de atuação:

1. Mobilização de um grupo de parceiros, formado por entidades específicas do setor, entidades de representação municipal e demais órgãos do governo federal que atuam no saneamento em nível nacional;

2. Levantamento e sistematização dos dados secundários existentes e disponíveis sobre o tema para consubstanciar um Panorama Preliminar;
3. Elaboração e aplicação de 2 (dois) instrumentos de consulta – questionário quantitativo e questionário qualitativo – para aplicação junto aos municípios brasileiros visando dar completude ao Panorama e conferindo ao ato de preenchimento dos questionários uma oportunidade de capacitação dos agentes públicos municipais sobre o tema.

O projeto contou com a colaboração de um grupo de parceiros que reúne o que há de mais avançado em termos de organização social, técnica e política no setor de saneamento no Brasil e com legitimidade para representar os níveis descentralizados de poder. Nessa etapa inicial de concepção do Panorama, este grupo buscou a representação de entidades municipalistas, entidades específicas do setor, movimentos sociais, movimento sindical, universidades públicas e centros de pesquisa, entidades classistas, o próprio ConCidades, além dos demais órgãos e ministérios da União que atuam no saneamento. Estes parceiros atuaram como fontes de informações, disponibilizando os seus bancos de dados, e como interlocutores do processo.

Quadro 1 - Apresentação, por segmento, das entidades e órgãos públicos convidados pela SNSA/MCidades para compor o Grupo de Parceiros.

SEGMENTO	PARCEIROS
<p>Entidades Específicas do setor</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento Básico (ASSEMAE) - Associação das Empresas Estaduais de Saneamento Básico (AESBE) - Associação Brasileira de Engenharia Sanitária (ABES) - Associação Brasileira de Agências Reguladoras (ABAR) - Associação Brasileira de Concessionárias Privadas dos Serviços de Água e Esgoto (ABCON) - Federação Nacional de Urbanitários (FNU) - Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e da Engenharia Consultiva (Sinaenco) - Associação Brasileira de Resíduos Sólidos e Limpeza Pública (ABLP) - Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe)
<p>Entidades Municipalistas e Consórcio Público</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Confederação Nacional dos Municípios (CNM) - Associação Brasileira de Municípios (ABM) - Consórcio Público de Saneamento Básico da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos: Pró-Sinos
<p>Órgãos do Governo Federal</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Conselho Nacional das Cidades - FUNASA do Ministério da Saúde - Secretaria de Recursos Hídricos e de Ambiente Urbano, do Ministério do Meio Ambiente (SRHU/MMA) - Secretaria de Infraestrutura Hídrica, do Ministério

	de Integração (SIH/MI) - Portal Capacidades, da Secretaria Executiva do Ministério das Cidades - Setor do IBGE responsável pela Pesquisa de Informações Básicas Municipais – Munic/2011 - CAIXA e BNDES
Academia e Centros de Pesquisa	- Universidades que coordenaram a elaboração do Plansab: UFMG; UFBA; UFRJ - Universidade de Brasília – UnB - Fundação João Pinheiro/MG

Assim, durante a construção do Panorama, foi realizada uma oficina presencial em Brasília, no dia 24 de novembro de 2014, que ocorreu na sede da SNSA/MCidades. Participaram 23 (vinte e três) pessoas, representantes dos órgãos do governo federal e das entidades convidadas para compor o Grupo de Parceiros (Quadro 1). Enviaram representantes os seguintes órgãos/entidades: Consórcio Pró-Sinos; ASSEMAE; AESBE (representada pela Embasa/BA e COPASA/MG); ABAR (representada pela ARSAE/MG); ABLP; Sinaenco; UFMG; UnB; Fundação João Pinheiro/MG; SRHU/MMA; FUNASA/MS; CAIXA; além de gerentes e técnicos da SNSA/MCidades.

Avalia-se que a participação do grupo originalmente convidado foi representativa; com a ressalva da ausência do movimento sindical representado em nível nacional pela Federação Nacional dos Urbanitários (FNU), que agrega os trabalhadores que atuam no setor, muito embora seus representantes tenham sido convidados.

2.1. METODOLOGIA PARA PANORAMA PRELIMINAR

À primeira etapa, que sistematiza os dados secundários existentes e disponíveis sobre PMSB, denominou-se Panorama Preliminar. A sistematização envolveu, além da interlocução com o Grupo de Parceiros, a combinação de procedimentos e ferramentas de pesquisa na internet em

diferentes bases de dados sobre o assunto. Cabe destacar que a expectativa com esta etapa do levantamento era chegar a uma caracterização do universo atual dos municípios com PMSB, segundo os recortes trabalhados nas pesquisas e estudos consultados. As fontes disponíveis e consideradas abrangem duas categorias, sendo uma composta por fontes governamentais, e a outra oriunda de estudos e pesquisas realizados por entidades do setor de saneamento básico no Brasil.

As fontes governamentais são:

- A Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic/2011), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), edição de 2011 que contemplou um bloco específico sobre saneamento básico;
- O Diagnóstico dos Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário - 2012, sendo este na época da construção do Panorama Preliminar, o mais atual publicado pelo Sistema Nacional de Informações em Saneamento (SNIS), da SNSA/MCidades.

As fontes não governamentais abrangem estudos e pesquisas realizados pelas seguintes entidades:

- O Instituto Trata Brasil, com o Diagnóstico da situação dos PMSB nas 100 maiores cidades brasileiras, de 2013, e;
- A ABAR, com a Pesquisa sobre a Situação dos Planos de Saneamento Básico nos Municípios Regulados, de 2013.

Ressalta-se que a construção do Panorama Preliminar além de contar com a colaboração do Grupo de Parceiros, estratégia adotada pela SNSA/MCidades para qualificar o projeto ao dialogar com a expertise do setor de saneamento no Brasil, também considerou, como não poderia ser diferente, a apreciação do Panorama Preliminar pelo Comitê Técnico de Saneamento do ConCidades, o que foi feito na reunião realizada em 24 de novembro de 2014. Neste sentido, decidiu-se por consolidar o Panorama Preliminar sem contar com o acesso aos microdados das diversas pesquisas e dos estudos relativos às fontes consultadas e aqui mencionadas. Ainda que algumas dessas fontes

disponham de série histórica dos seus estudos e pesquisas, foram considerados aqueles que estavam disponíveis até a data de conclusão do Panorama Preliminar, em 20 de janeiro de 2015; agregando as contribuições surgidas na oficina realizada no âmbito do ConCidades. Pode-se dizer que, em termos qualitativos, o universo consultado contempla um recorte mais geral extraído da Munic/2011 pelo seu caráter censitário, e outros recortes específicos que revelam a situação dos planos de saneamento básico, segundo:

1. O porte populacional, no caso das 100 maiores cidades brasileiras, levantamento feito pelo Instituto Trata Brasil, em 2013;
2. Os municípios regulados, levantamento feito pela ABAR, de 2013, e;
3. Os municípios que responderam ao SNIS 2012 à pergunta sobre a existência de plano de saneamento básico.

O recorte mais geral contempla o universo dos municípios brasileiros, extraído da Munic/2011, que trouxe um bloco específico sobre saneamento básico e, em menor medida, da Munic/2013, que complementou e atualizou as informações acerca da abrangência dos PMSB, quanto aos componentes de abastecimento de água; esgotamento sanitário; limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

Cabe ainda fazer outra importante ressalva de que, o Panorama Preliminar, tal como o próprio nome revela, é parte da construção do objeto final. Como será verificado mais adiante, o Panorama Consolidado agregou outras fontes e, sobretudo, com acesso aos microdados dos respectivos estudos e pesquisas consultados e considerados.

Ainda sobre a metodologia adotada para a construção do Panorama Preliminar, a SNSA/MCidades preparou dois instrumentos de consulta, sob a forma de questionários, para fazer o levantamento de dados primários sobre os Planos de Saneamento Básico no Brasil. No primeiro, denominado **Questionário Quantitativo**, os aspectos investigados dizem respeito a: existência da Política e do Plano; etapa atual (se concluído ou em elaboração);

abrangência do plano (territorial e quanto aos 4 componentes do saneamento básico); arranjo institucional adotado no processo de elaboração (estrutura técnica e de gestão do processo, estratégia de participação social), fontes de recursos e formas de aprovação do Plano; existência do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS), de acordo com a Lei 12.305/2010; entre outros aspectos que possibilitem construir a dimensão quantitativa do Panorama. No segundo, denominado **Questionário Qualitativo**, a análise enfatiza os aspectos que dizem respeito aos conteúdos contemplados na Política e no Plano de Saneamento Básico, como estabelecido na legislação, que abrangem entre outros: o diagnóstico da situação dos serviços e seus impactos para a população; os objetivos e as metas estabelecidas com a devida projeção de demandas e perspectivas técnicas, assim como a proposição de programas, projetos e ações visando à universalização do acesso; os mecanismos e procedimentos para monitoramento, avaliação sistemática do Plano e atributos que possam aferir a qualidade do processo participativo desencadeado com a elaboração e implementação do Plano.

Cabe destacar que os dois questionários permitirão, inclusive, apurar informações sobre a abrangência territorial do Plano quando este não for municipal, tornando o Panorama uma referência também para os planos estaduais e os denominados planos regionais², elaborados por um consórcio público, um Comitê de Bacia Hidrográfica (CBH), uma região metropolitana, uma microrregião ou um aglomerado urbano, uma Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (Ride), entre outros.

Durante a oficina com o Grupo de Parceiros, foi apresentada na íntegra a proposta do Questionário Quantitativo para apreciação. As principais contribuições do Grupo de Parceiros, aduzidas ao estudo durante a Oficina, implicaram na revisão dos questionários, particularmente do Questionário Quantitativo, quanto aos seguintes aspectos:

² Alguns municípios que integram consórcios públicos, ou comitês de bacia ou uma Ride já constam do Panorama Consolidado como municípios que possuem Plano Municipal de Saneamento Básico, ou seja, não aparecem agregados como integrantes de um plano regional.

- Buscar o endereçamento mais seguro possível para envio dos questionários aos municípios;
- Incluir um Glossário para apoiar melhor os municípios no preenchimento adequado dos questionários e no processo desejado de capacitação sobre o tema;
- Incluir a data de aprovação do Plano, bem como a etapa de revisão, condição existente principalmente nos municípios que elaboraram seus planos com o apoio técnico da CESB, como é o caso da COPASA, em Minas Gerais;
- Excluir as questões que remetiam a respostas que o estudo pode obter por outros meios, por exemplo, se o Município responde ao SNIS;
- Revisar algumas questões para abranger todas as categorias de prestadores dos serviços para os 4 (quatro) serviços de saneamento básico.

A SNSA/MCidades procedeu a revisão dos questionários buscando contemplar todos estes aspectos, tornando os instrumentos mais sucintos e de preenchimento mais amigável. Em seguida, fez uma rodada pré-teste do Questionário Quantitativo (Q1) enviando-o a todos os municípios brasileiros, via mala direta da Secretaria de endereços eletrônicos. A mensagem foi enviada no dia 9 de março de 2015 informando o *link* para acesso ao questionário no *Google Docs*, e recomendando que o seu preenchimento fosse feito pelo órgão municipal responsável pelo saneamento básico local, deixando claro que o município não deveria encaminhar o questionário para o preenchimento pelo prestador de serviços.

Com o objetivo de tornar o preenchimento do questionário uma oportunidade de capacitação dos agentes locais, a SNSA/MCidades, em parceria com a Secretaria Executiva do Ministério das Cidades, disponibilizou um tutorial aos municípios por meio da criação de um Fórum no Portal Capacidades. Neste Fórum, a pessoa responsável pelo preenchimento do questionário poderia tirar dúvidas. Foi informado o *link* para acesso e também enviado um arquivo PDF com orientações sobre o Fórum.

O prazo inicial para envio do questionário preenchido pelos municípios foi até 10 de março de 2015, sendo posteriormente prorrogado até 10 de abril de 2015, com os municípios devidamente informados por endereço eletrônico e pelo Fórum.

Com esta etapa, concluiu-se o Panorama Preliminar. Seus resultados serão apresentados mais adiante e poderão subsidiar a elaboração de proposta de Programa Nacional de Capacitação e de Assistência Técnica em Planos de Saneamento Básico, atualmente, em discussão interna na Secretaria. Para concluir este item, descreve-se, detalhadamente, a metodologia adotada para consolidar o Panorama dos Planos Municipais de Saneamento Básico no Brasil.

2.2. METODOLOGIA PARA O PANORAMA CONSOLIDADO

Diferentemente do Panorama Preliminar, o Panorama Consolidado fez a consulta aos microdados dos estudos e pesquisas adotados como referência e também agregou outras fontes governamentais, além daquelas adotadas no Preliminar. No conjunto, o Panorama Consolidado adotou 10 (dez) fontes, com informações que se estendem por um período temporal entre 2011 e 2016, como pode ser observado no **Quadro 2**.

Quadro 2: Fontes adotadas no Panorama dos Planos Municipais de Saneamento Básico no Brasil.

Natureza da Fonte	FONTE	ANO	Descrição
Governamental	MUNIC / IBGE	2011	Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), do IBGE, edição de 2011, que contemplou um bloco específico sobre saneamento básico. Caráter censitário.
Governamental	SNIS / AE	2012	Diagnóstico dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotos - 2012, publicado pelo Sistema Nacional de Informações em Saneamento (SNIS), da SNSA/MCidades
Governamental	SNIS / RS	2013	Diagnóstico do Manejo de Resíduos Sólidos – 2013, publicado pelo Sistema Nacional de Informações em Saneamento (SNIS), da SNSA/MCidades
Não governamental	TRATA BRASIL	2013	Diagnóstico da situação dos Planos Municipais de Saneamento Básico nas 100 maiores cidades brasileiras, elaborado pelo Instituto Trata Brasil, publicado em 2013
Não governamental	ABAR	2013	Pesquisa sobre a Situação dos Planos de Saneamento Básico nos Municípios Regulados - 2013, elaborado pela Associação Brasileira de Agências Reguladoras (ABAR)
Governamental	Ofício 540/2013	2013	Respostas ao Ofício n.º 540/2013/SNSA/MCIDADES sobre Política e Plano de Saneamento Básico, enviado pela própria Secretaria aos municípios brasileiros
Governamental	FUNASA	2014	Informações fornecidas pela própria Fundação Nacional da Saúde (FUNASA), do Ministério da Saúde, sobre os convênios/parcerias firmados com os municípios brasileiros, até o ano de 2014 para elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico.

Governamental	Q1	2015	Aplicação do Questionário Quantitativo (Q1) pela SNSA/MCidades a um conjunto de municípios brasileiros com o objetivo de pré-teste
Governamental	SACI	2015	Informações extraídas do Sistema de Acompanhamento e Controle dos Investimentos (SACI) sobre os Contratos de Repasse da SNSA/MCidades firmados com municípios brasileiros para elaboração de planos de saneamento básico
Consórcio público	Consórcio da Bacia do Rio Doce	2016	Informações cedidas pelo consórcio sobre a situação dos PMSB dos municípios atendidos pelo mesmo, em Minas Gerais e Espírito Santo.
Governamental	FUNASA	2016	Informações fornecidas pela própria Fundação Nacional da Saúde (FUNASA), do Ministério da Saúde, sobre os convênios/parcerias firmados com os municípios brasileiros, até o ano de 2016 para elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico.

Ressalta-se que é necessário esclarecer quais as limitações/características específicas das fontes consultadas para se compreender os **contornos metodológicos do Panorama**.

Um primeiro aspecto tem a ver com o horizonte temporal do Panorama, que se estende de 2011 a 2016, abrangendo as várias pesquisas e estudos adotados como referência. Como mencionado anteriormente, o Panorama Preliminar precisava atender a um *deadline* e por isto foi concluído com as informações existentes e disponíveis até 19 de outubro de 2016, tomando como base estudos e pesquisas com ano base 2011, 2012 e 2013. As demais fontes integradas ao Panorama Consolidado possuem anos base de 2013, 2014, 2015 e 2016. Este horizonte temporal – 2011 a 2016 – foi útil para observar a evolução das respostas dos municípios às diversas fontes com relação à existência/situação do PMSB a cada época. Na maioria dos municípios com respostas no Panorama, foi possível observar uma evolução coerente, ou seja, nas pesquisas mais antigas o município declarou não possuir o Plano e nas pesquisas mais recentes este mesmo município declarou que estava elaborando o Plano ou que dispunha do Plano. Entretanto, algumas inconsistências foram identificadas porque apresentaram algum tipo de distorção nessa evolução temporal. Nestes casos os municípios figuram nos resultados finais do Panorama classificados como Inconsistências. Ainda sobre este aspecto, é preciso explicar qual resposta declarada pelo município foi considerada como sua posição final no Panorama. Nos casos em que não se observou nenhum tipo de distorção, ou seja, a evolução das respostas dadas pelos municípios nas diversas fontes foi coerente, considerou-se como situação final aquela resposta contida na fonte mais recente.

Um segundo aspecto tem a ver com a abrangência dos estudos e pesquisas consultados e considerados na consolidação do Panorama. A Secretaria optou por consolidar o Panorama com apenas 2 (dois) tipos de informação: se existe o Plano; ou se o Plano está em elaboração. Contudo, pelas características específicas das pesquisas e estudos consultados, pode-

se dizer que no geral a pergunta feita aos municípios se referia ao plano de saneamento básico, segundo a Lei nº 11.445/2007, no que diz respeito a contemplar os 4 (quatro) componentes do saneamento básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; drenagem e manejo de águas pluviais urbanas). A investigação mais qualitativa, sobre o processo de elaboração do Plano, quanto ao desenvolvimento do conteúdo mínimo e da qualidade e efetividade da participação social, será feita por meio dos questionários mencionados anteriormente, mediante aplicação ao conjunto dos municípios brasileiros, após o prazo de 31 de dezembro de 2017.

Um terceiro aspecto tem a ver com os municípios que não figuram no Panorama. A única afirmação que o Panorama pode fazer sobre estes municípios é que não participaram de nenhuma das 10 (dez) fontes consultadas. Ou seja, não se pode atribuir que não tenham o Plano. Apenas que não fazem parte da amostra apurada no Panorama, ou seja, não têm informação no Panorama.

Um quarto aspecto tem a ver com o nível de resposta obtido quanto ao acesso aos microdados das pesquisas e estudos adotados no Panorama. O acesso foi amplo na maioria das fontes, dentro do tempo que se dispunha para consolidar o Panorama, mas em outras não foi possível aguardar. Foi o caso do acesso aos microdados da Pesquisa ABAR (2013). Mesmo com a colaboração estimada e irrestrita dos seus representantes no Grupo de Parceiros, até o fechamento do Panorama foi possível dispor dos microdados apenas das seguintes agências reguladoras que participaram da Pesquisa de 2013: a ARSESP/SP; a ARIS/SC; a ARSI/ES. Optou-se por excluir os dados fornecidos pela ARSAE/MG porque se encontrou disparidade entre as planilhas disponíveis para consulta dos microdados e aqueles divulgados na publicação da Pesquisa³, que já haviam sido considerados no Panorama Preliminar. Com

³ Do acesso às planilhas disponíveis sobre os dados da Arsaie na Pesquisa divulgada em 2013, constavam 114 municípios na Copasa (frente aos 110 divulgados) e 73 Copanor excluídos aqueles com dupla-concessão (frente aos 42 divulgados).

relação ao acesso aos microdados da FUNASA sobre os contratos/parcerias firmados com municípios de até 50 mil habitantes ano base 2014, faz-se a ressalva de que, apesar do impacto desta fonte nos resultados do Panorama, como será tratado mais adiante, estes carecem de confirmação oficial da FUNASA. Ainda sobre especificidades das fontes, cabe informar que tanto no SNIS Água e Esgotos quanto no SNIS Resíduos Sólidos, as informações apuradas para o Panorama dizem respeito à situação do plano municipal de saneamento básico para os 4 (quatro) componentes. Uma abordagem mais detalhada das especificidades de cada fonte ainda será retomada no item deste documento que apresentará os resultados do Panorama.

Por fim, para concluir as considerações sobre os contornos metodológicos do Panorama, informa-se que os resultados foram organizados por município, unidade da federação a qual pertence e população correspondente, segundo dois grupos: inferior a 50 mil habitantes (universo de atuação da FUNASA/MS) e superior a 50 mil habitantes (universo de atuação da SNSA/MCidades).

3. PASSO A PASSO DA CONSTRUÇÃO DO PANORAMA CONSOLIDADO

A partir do acesso aos microdados, o primeiro passo na construção do Panorama foi fazer uma listagem de todos os municípios que apareciam em todas as fontes. Numa planilha Excel, esta listagem ocupou a primeira coluna à esquerda enquanto as demais à direita foram preenchidas com as 10 fontes e respectivos anos base da pesquisa/estudo, além das informações sobre UF e porte populacional de cada município. Na linha de cada município foram sistematizadas todas as informações disponíveis sobre sua situação em cada fonte: se possuía o Plano, ou se estava elaborando o Plano. Nessa mesma análise, foram excluídos os municípios que figuravam repetidamente e assinalados aqueles municípios homônimos.

Construída esta primeira versão da planilha, foi feita uma análise da situação de cada município com relação ao Plano para verificar a evolução ao longo do período considerado (2011 a 2016). Trata-se aqui, daquilo que já foi mencionado sobre identificar uma evolução coerente quanto às respostas encontradas para cada município olhando para todas as fontes. Na constatação desta coerência, a situação do município foi analisada e classificada como “Possui Plano” ou como “Plano em Elaboração”. Ou se, ao contrário, esta evolução coerente não foi constatada, o município passou a integrar o grupo denominado “Inconsistência”.

Esta inconsistência ocorre, por exemplo, quando um município declarou na Munic/2011 que possuía o Plano e no SNIS 2012 declarou que “estava elaborando o Plano” e no Q1 em 2015 que “estava elaborando o Plano”. Ainda que fosse possível considerar coerente as respostas para os anos 2012 e 2015, não é razoável um município gastar 3 anos para elaborar o Plano; que, via de regra, é elaborado no período mínimo de 1 ano⁴. Ou o caso mais recorrente, quando em uma fonte de data anterior, o município declarou que possuía o Plano e em outra fonte, mais recente, declarou que não possuía o Plano. Estes são apenas alguns exemplos para ilustrar a ocorrência da inconsistência, mais adiante vamos tratar de todos os tipos encontrados no Panorama e quantos municípios ficaram neste grupo.

Apresenta-se a seguir a máscara da planilha Excel do banco de dados do Panorama apenas para se ter uma ideia de como este está estruturado.

⁴ Prazo de acordo com item 6.3 – Cronograma de Execução do Termo de Referência padrão do Ministério das Cidades para apoio a elaboração dos Planos de Saneamento Básico com recursos do PAC2.

				2011		2012		2013					
MUNICÍPIO	UF	< 50 MIL	> 50 MIL	MUNIC SIM	MUNIC ELAB	SNIS AE SIM	SNIS AE ELAB	SNIS RS SIM	T. BRA SIM	T. BRA NÃO	OF 540 SIM	OF 540 ELAB	ABAR SIM

		2014		2015				2016			
MUNICÍPIO	UF	FUNASA SIM	FUNASA ELAB	FUNASA SIM	FUNASA ELAB	SACI ELAB	SACI SIM	DOCE SIM	DOCE ELAB	FUNASA SIM	FUNASA ELAB

A análise individual por município gerou outra planilha com a informação sobre a situação do Plano para cada caso. Apresenta-se aqui a máscara desta planilha para se ter uma ideia mais completa do passo a passo para a construção do Panorama.

MUNICÍPIO ▾	UF ▾	< 50 MIL ▾	> 50 MIL ▾	Inconsistência ▾	Possui Plano ▾	Plano em elaboração ▾
-------------	------	------------	------------	------------------	----------------	-----------------------

É muito importante registrar que esta planilha com a situação do Plano para cada município com informação no Panorama é datada: **19 de outubro de 2016**. O banco de dados é uma ferramenta que pode e deve ser atualizada, a partir das séries históricas das fontes consideradas, podendo inclusive incluir outras fontes, o que pode alterar a situação dos municípios que já participam do Panorama e até mesmo incluir outros.

Como pode ser observado na própria máscara desta planilha, denominada Panorama TODAS AS FONTES (19-10), foram aplicados filtros para cada situação, classificando cada município nos seguintes grupos:

- INCONSISTÊNCIA
- POSSUI PLANO
- PLANO EM ELABORAÇÃO

Construiu-se, a partir desta planilha, uma outra com a listagem dos municípios classificados no Panorama como COM PLANO + PLANO EM ELABORAÇÃO.

Por fim, será apresentado no item seguinte o Quadro Resumo com os Resultados. Aqui, adianta-se apenas a máscara deste quadro para concluir o item sobre a Metodologia do Panorama.

PANORAMA DOS PLANOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO BÁSICO NO BRASIL			
QUADRO RESUMO DOS RESULTADOS (Posição: 19/10/2016)			
SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO NO PANORAMA	QUANTIDADE	% AMOSTRA DO PANORAMA	% DO UNIVERSO DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS
MUNICÍPIOS COM INFORMAÇÃO NO PLANO			
MUNICÍPIOS COM PLANO			
MUNICÍPIOS COM PLANO EM ELABORAÇÃO			
MUNICÍPIOS COM PLANO + PLANO EM ELABORAÇÃO			
MUNICÍPIOS COM INCONSISTÊNCIA NA INFORMAÇÃO			
MUNICÍPIOS SEM INFORMAÇÃO NO PANORAMA			
AMOSTRA DO PANORAMA			
UNIVERSO DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS			

O **Anexo 2** traz o **Banco de Dados do Panorama** (contendo mapas e gráficos por região) com a relação dos municípios e sua situação com relação ao Plano.

3.1 RESULTADOS INICIAIS

Os resultados do Panorama dos Planos Municipais de Saneamento Básico no Brasil são apresentados na perspectiva da metodologia adotada neste estudo. Primeiro, apresentam-se os resultados gerais do Panorama Preliminar, que engloba a sistematização dos dados secundários existentes e disponíveis à época, bem como a aplicação do Questionário (Q1), como pré-teste da produção de dados primários que a SNSA/MCidades pretende implementar para manter o Panorama atualizado. Ao final, são apresentados os resultados finais do Panorama Consolidado, com a indicação de quantos e quais os municípios brasileiros declararam, por meio das fontes consideradas, se “Possuem o Plano” ou se estão “Elaborando o Plano”; assim como o peso relativo das fontes consideradas no resultado final do Panorama. Além da explicação sobre os principais tipos de inconsistências encontrados.

4. PASSO A PASSO DA CONSTRUÇÃO DO PANORAMA PRELIMINAR

4.1 Sistematização dos dados secundários

Como mencionado na Metodologia, o Panorama Preliminar foi construído a partir da sistematização de dados secundários existentes e disponíveis até a data de fechamento da primeira etapa do estudo, que teve por objetivo conhecer a situação dos Planos de Saneamento Básico visando fundamentar a estruturação de uma linha de apoio aos municípios em um ambiente de cooperação federativa⁵. Os resultados do Panorama Preliminar

⁵ Encontra-se em formulação na SNSA/MCidades uma proposta de um Programa Nacional de Capacitação e de Assistência Técnica em Planos de Saneamento Básico.

referentes a cada uma das fontes adotadas estão apresentados detalhadamente no **Anexo 1**.

Em linhas gerais, pode-se inferir, das fontes de dados secundários consultadas, que do universo apurado no Panorama Preliminar, revelou-se um patamar entre **45 e 48%** do total de municípios brasileiros que declararam “Possuir o Plano” ou que o “Plano estava em elaboração”. Isto, segundo qualquer um dos recortes considerados, ou seja, segundo qualquer uma das fontes adotadas, exceto o SNIS AE 2012, que indicou este patamar na faixa de 56%.

Entretanto, este resultado revelou-se insuficiente para fechar um Panorama atualizado e consistente sobre a situação atual dos Planos de Saneamento Básico no Brasil, justamente porque estratifica o universo em recortes específicos, antes de conhecê-lo. Neste sentido, confirmou-se a pertinência de, na segunda etapa do estudo, viabilizar a consulta aos microdados das fontes adotadas, o que foi feito no Panorama Consolidado.

4.2 Aplicação de Q1

A intenção da SNSA/MCidades é refinar o Panorama com a produção de dados primários apurados diretamente junto aos municípios pela própria Secretaria. Imbuída deste objetivo, preparou dois instrumentos de consulta, sob a forma de questionários, sendo um com aspectos mais quantitativos a respeito da existência e estágio atual dos Planos (denominado Q1 neste estudo) e o outro com aspectos mais qualitativos, que será aplicado futuramente, ao universo dos municípios que responderem Q1 declarando que já possuem o Plano de Saneamento Básico. Ressalta-se o caráter muito relevante que tangencia a atuação da SNSA/MCidades em todas as suas ações que é criar oportunidades de capacitação dos agentes municipais na apropriação da legislação que regulamenta atualmente o setor de saneamento básico em nosso país. Neste sentido, os questionários foram concebidos de maneira a traduzir para o município o que é preciso compreender e reter da legislação, no

tocante aos planos de saneamento básico, tanto em termos do desenvolvimento do conteúdo mínimo quanto da participação social que deve perpassar todo o processo de elaboração, implantação, acompanhamento e avaliação do Plano.

A aplicação de Q1 na primeira etapa do estudo, ainda no contexto do Panorama Preliminar, serviu como uma espécie de pré-teste do questionário quantitativo.

Mesmo que tenha sido disponibilizada uma espécie de tutorial para subsidiar os municípios no preenchimento do questionário, apenas 543 municípios responderam, o que equivale a **9,75%** do total dos 5.570 municípios brasileiros. Há de se fazer a ressalva do prazo exíguo em que o questionário ficou ativo, justamente porque se tratava de uma aplicação para pré-teste (dois meses, contando a prorrogação). Da amostra de 543 municípios, 456 (84%) foram municípios com população de até 50 mil habitantes e 87 (16%) foram municípios com população superior a 50 mil habitantes.

Dos 543 municípios, 44,2% declararam que possuíam o PMSB, o que equivale a 240 municípios do total de 543 que responderam ao questionário. Destes, 30% declararam que o Plano estava concluído (72 municípios) e 52,3% declararam que o Plano estava em elaboração (126 municípios).

Assim, do total da amostra (543 municípios que responderam ao Q1), **36,5%** declararam que “Possuíam o Plano” ou que estavam “Elaborando o Plano” (198 municípios).

5. PANORAMA: RESULTADO FINAL – VERSÃO 2/2016

O Panorama dos Planos Municipais de Saneamento Básico no Brasil apresenta um resultado razoável se comparado à meta do Plansab, que determina para o indicador G2 (porcentagem de municípios brasileiros com Plano): **32% em 2018**; 51% em 2021; 90% em 2033.

O resultado apurado pelo Panorama na posição de 19/10/2016 atesta que **30%** dos municípios brasileiros declararam possuir o Plano; patamar que

sobe para **68%** quando se soma o percentual de municípios que declaram estar elaborando o Plano. Considerando prazo mínimo para a elaboração do Plano de aproximadamente um ano, o Decreto 8.629 de 30 de dezembro de 2015, estabelece data limite para elaboração dos PMSB para até 31 de dezembro de 2017, tem-se como provável que em 2018 a meta do Plansab de 32% seja cumprida e ultrapassada.

Feita esta importante constatação, apresenta-se em seguida o **Quadro Resumo** com a sistematização dos resultados finais obtidos no Panorama Consolidado.

PANORAMA DOS PLANOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO BÁSICO NO BRASIL			
QUADRO RESUMO DOS RESULTADOS (Posição: 19/10/2016)			
SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO NO PANORAMA	QUANTIDADE	% AMOSTRA DO PANORAMA	% DO UNIVERSO DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS
MUNICÍPIOS COM INFORMAÇÃO NO PLANO	3.903	100%	70%
MUNICÍPIOS COM PLANO	1.692	43%	30%
MUNICÍPIOS COM PLANO EM ELABORAÇÃO	2.091	54%	38%
MUNICÍPIOS COM PLANO + PLANO EM ELABORAÇÃO	3.783	97%	68%
MUNICÍPIOS COM INCONSISTÊNCIA NA INFORMAÇÃO	120	3%	2%
MUNICÍPIOS SEM INFORMAÇÃO NO PANORAMA	1.667		30%
AMOSTRA DO PANORAMA	3.903		
UNIVERSO DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS	5.570	100%	100%

Pode-se afirmar que a amostra do Panorama é representativa porque equivale a 70% do total dos 5.570 municípios brasileiros. Ou seja, 70% (3.905 municípios) têm informação no Panorama. O mapa apresentado no Anexo 2 traz a relação destes 3.903 municípios, além de apresentar os gráficos por regiões. Os municípios que não têm informação no Panorama totalizam 30% do total dos municípios brasileiros (1.667 municípios).

Dos municípios brasileiros com informação no Panorama, 1.692 municípios declararam “Possuir o Plano”, o que representa 30% do total dos municípios brasileiros. Estes municípios perfazem 43% do total da amostra do Panorama, sendo a grande maioria (85,5%) de municípios com população inferior a 50 mil habitantes (1.448). Ou seja, pode-se afirmar que dos 30% dos municípios brasileiros que declararam no Panorama “Possuir o Plano”, 85,5% têm população inferior a 50 mil habitantes.

Os resultados do Panorama indicam que 38% dos municípios com informação no Panorama declararam que estão “Elaborando o Plano”. Estes municípios perfazem 54% do total da amostra do Panorama, sendo também a grande maioria (93%) de municípios com população inferior a 50 mil habitantes (1.950). Ou seja, pode-se afirmar que dos 38% dos municípios brasileiros que declararam no Panorama que estão “Elaborando o Plano”, 93% têm população inferior a 50 mil habitantes.

Com base no resultado final, o Panorama dos Planos Municipais de Saneamento Básico revela que 68% dos municípios brasileiros (3.785) declararam ou que possuem o Plano ou que estão elaborando o Plano. Destes municípios, a grande maioria (89,7%) têm população inferior a 50 mil habitantes.

No grupo de municípios com população superior a 50 mil habitantes, como se sabe a área de atuação do MCidades em saneamento básico, 388 municípios declararam que possuem o Plano (245) ou que estão elaborando o Plano (143), perfazendo apenas 10,2% da amostra do Panorama.

Por fim, torna-se necessário comentar sobre as Inconsistências. Foram identificados 120 municípios com informação inconsistente no Panorama. Este número representa apenas 3% do total dos municípios que participam do

Panorama; e 2% do total dos municípios brasileiros. O Anexo 2 traz a relação destes municípios através do mapa elaborado a partir dos resultados apurados.

Deste total de 120 municípios, cerca de 42% das inconsistências encontradas envolvem conflito entre os dados fornecidos pela FUNASA e os dados extraídos do SNIS Resíduos Sólidos, ou ainda conflito entre as informações da própria FUNASA, que indicam para um mesmo município as situações “Possui plano” e “Plano em elaboração”. Outros 21% não têm a ver com este conflito especificamente, mas também envolvem os dados fornecidos pela FUNASA em distorção com outras fontes adotadas no Panorama. Outros 24% envolvem algum tipo de inconsistência em função da informação capturada pela MUNIC 2011, do IBGE. Nestes casos, acredita-se que a informação mais recente, apurada de outras fontes, provavelmente será aquela a ser considerada, após verificação junto aos gestores das fontes. Os outros 13% restantes dos 120 municípios com informação inconsistente no Panorama, têm a ver com alguma distorção envolvendo ou fontes da própria Secretaria (como o Q1), ou fontes não governamentais (como o Estudo do Trata Brasil). Quando são ponderados os pesos de cada fonte no Panorama, analisando para cada uma o número de municípios com informações e, deste universo, o número de respostas que contribuíram para as situações “Possui o plano” ou “Plano em elaboração”, são justamente essas três fontes – a FUNASA (2014), a MUNIC (2011) e o SNIS RS (2013) – que representam, nesta ordem, os maiores pesos nos resultados Panorama. Como mencionado anteriormente, o banco de dados é uma ferramenta dinâmica, a SNSA/MCidades como gestora do Panorama, buscará dirimir os conflitos encontrados visando atualizar permanentemente o Panorama, para que este se consolide como uma referência para o setor sobre o tema dos PMSB no Brasil.

6. ANEXOS

ANEXO 1

RESULTADOS DO PANORAMA PRELIMINAR

Da Pesquisa – Munic/2011:

Dos 609 municípios que declararam ter o plano de saneamento básico:

Por porte populacional:

- 76,4% têm população até 50 mil habitantes, lembrando-se que municípios deste porte representavam 89,1% do total de municípios brasileiros existentes em 2011;

Por grandes regiões do Brasil:

- 71% dos municípios são das regiões Sudeste (44,7%) e Sul (26,3%)
- Apenas 15,9% dos municípios da região Nordeste
- Apenas 8,7% dos municípios da região Norte
- Apenas 6,7% dos municípios da região Centro Oeste

Por unidade da federação (UF):

- os estados de São Paulo (53,7%) e de Minas Gerais (42,1%), com patamares bastante inferiores no Rio de Janeiro (2,9%) e no Espírito Santo (2,2%)
- o estado do Rio Grande do Sul (40,7%) e distribuição equânime entre SC (32,5%) e PR (26,8%)
- a Bahia como o estado com maior número de municípios com plano (18,6%), seguido pelos estados do Ceará e Pernambuco, cada um com 16,5%
- o estado do Pará (35,8%)
- o estado de Goiás (48,8%)

Assim, dos resultados da Munic/2011, os municípios que não tinham Plano de Saneamento Básico compõem um perfil de:

Municípios com foco de atuação do MCidades por possuírem população acima de 50.000 habitantes, das regiões Norte, Centro Oeste e Nordeste. Os estados que apresentavam os menores percentuais de municípios com plano eram: Acre, Roraima e Amapá, na região Norte; Mato Grosso do Sul, na região Centro Oeste; Piauí, Paraíba e Sergipe, na região Nordeste; Espírito Santo e Rio de Janeiro, na região Sudeste.

Da Pesquisa - ABAR 2013:

Do total de municípios brasileiros que têm os serviços de saneamento básico regulados, tem-se que 922 (34% da amostra) declararam dispor do plano de saneamento básico.

Por abrangência da entidade de regulação:

- 82,4% são municípios regulados por agências reguladoras estaduais
- 17,1% são municípios regulados por entidades reguladoras consorciadas
- Apenas 0,5% são municípios regulados por entidades reguladoras municipais

Dos municípios regulados por entidades de abrangência estadual, 34% são regulados pela agência de São Paulo (Arsep), 20% pela agência de Minas Gerais (ARSAE), 17% pela agência de Santa Catarina (Agesan) e 15% pela agência do Rio Grande do Sul (Agergs). No segmento de entidade reguladora consorciada, o maior número de municípios com plano de saneamento básico está na bacia do PCJ, regulados pela Ares.

Por grande região:

- 90% dos municípios com serviços de saneamento básico regulados com plano estão nas regiões Sudeste (46%) e Sul (44%)

Assim, dos resultados da Pesquisa ABAR 2013, os municípios que não tinham Plano de Saneamento Básico compõem um perfil de:

Municípios situados nas regiões Norte, Centro Oeste e Nordeste e principalmente aqueles regulados por entidades de regulação de âmbito municipal e consorciada

Da Pesquisa - Trata Brasil 2013:

Das 100 maiores cidades brasileiras, 66 declaram ter o plano de saneamento básico, sendo que apenas 35 têm o plano com abrangência para os 4 componentes.

Das 34 cidades que não têm o plano, 20 não são capitais. Quando são capitais, exceto no caso do DF, as cidades são dos estados do Nordeste, tendo em vista nenhuma das 100 maiores cidades situarem-se na região Norte. No Centro Oeste, o município que não tem o plano é Várzea Grande, do Mato Grosso.

A despeito de se pensar em uma ação voltada para as regiões metropolitanas e capitais, entende-se não ser razoável que, depois de mais de 7 anos da promulgação da Lei 11.445, 34 das 100 maiores cidades brasileiras estejam ainda sem os seus planos de saneamento básico, haja vista tratarem-se

municípios com maior disponibilidade de recursos, capacidade instalada de corpo técnico, conhecimento da legislação aplicável, entre outras vantagens.

Em resumo, o Panorama Preliminar indica que o perfil dos municípios brasileiros que **não têm** o plano de saneamento básico é composto por:

Municípios com foco de atuação do MCidades por possuírem população maior que 50.000 habitantes; situados nas regiões Norte, Centro Oeste e Nordeste; e que ou não têm os serviços de saneamento básico regulados ou que são regulados por entidades municipais ou consorciadas.

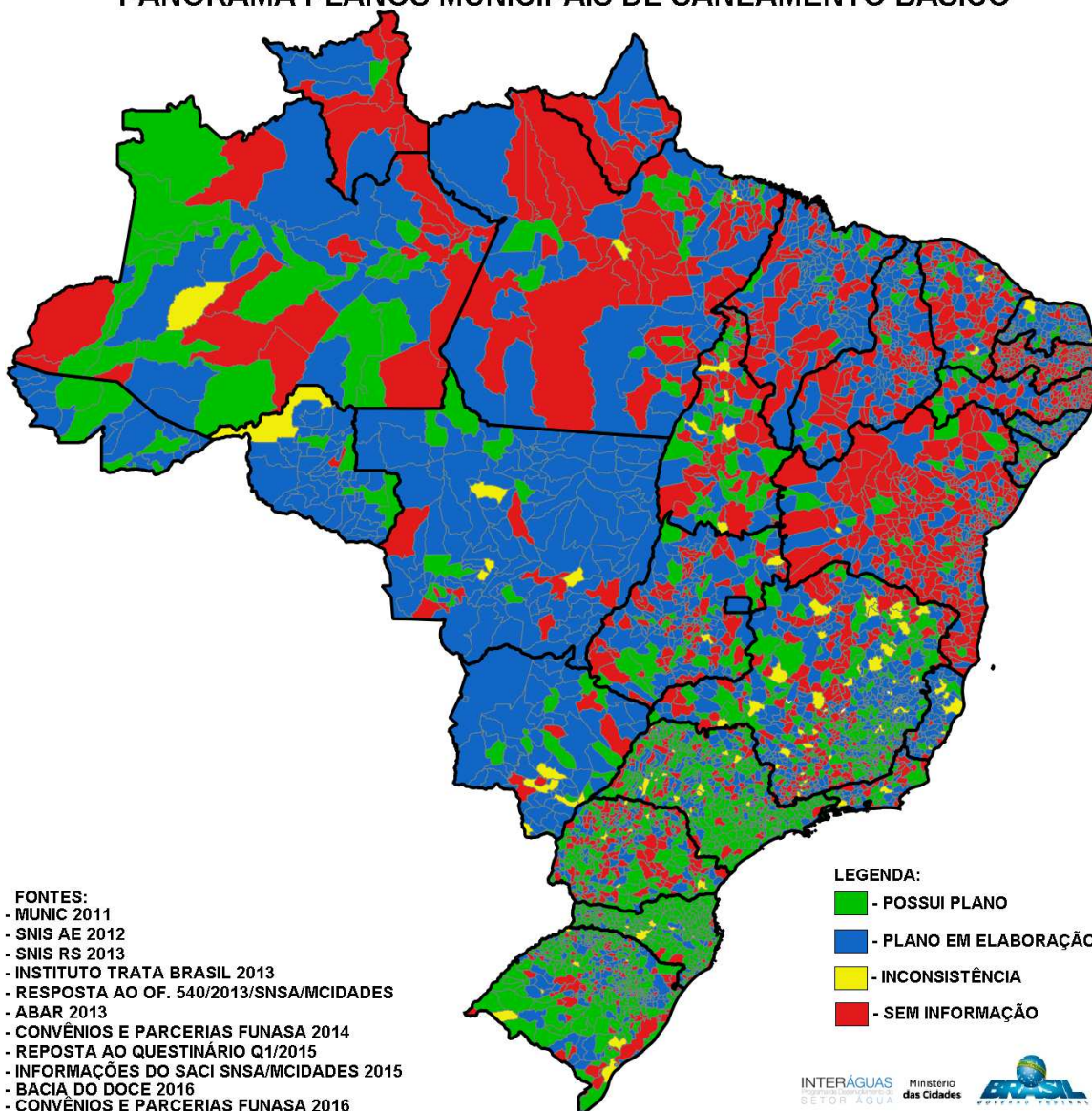
Quanto ao porte populacional desse universo cabe uma ressalva. Ainda que a atuação da FUNASA tenha sido muito consistente junto aos municípios com população menor que 50.000 habitantes, a amostra da Munic/2011 que confere ao perfil do público alvo do Programa os municípios com população acima de 50.000 habitantes pode estar muito desatualizada. Isto, não apenas pelo prazo transcorrido, de quase 4 anos, mas também pelo índice apurado, à época da pesquisa, de 26,2% de municípios que estavam elaborando seus planos.

Outra ressalva também tem a ver com o porte populacional. Do total de 5.565 municípios brasileiros, à época da Munic/2011, dos 609 municípios que declararam ter o Plano, 76,4% tinham população de até 50 mil habitantes (465 municípios). Os municípios com este porte populacional perfazem a grande maioria dos municípios brasileiros (89,1% em 2011). Já os municípios com população superior a 50 mil habitantes e que declaram à Munic/2011 que possuíam o Plano totalizam apenas 23,6%, equivalente a 144 municípios. Os municípios com população superior a 50 mil habitantes alcançam apenas 10,9% do total dos municípios brasileiros.

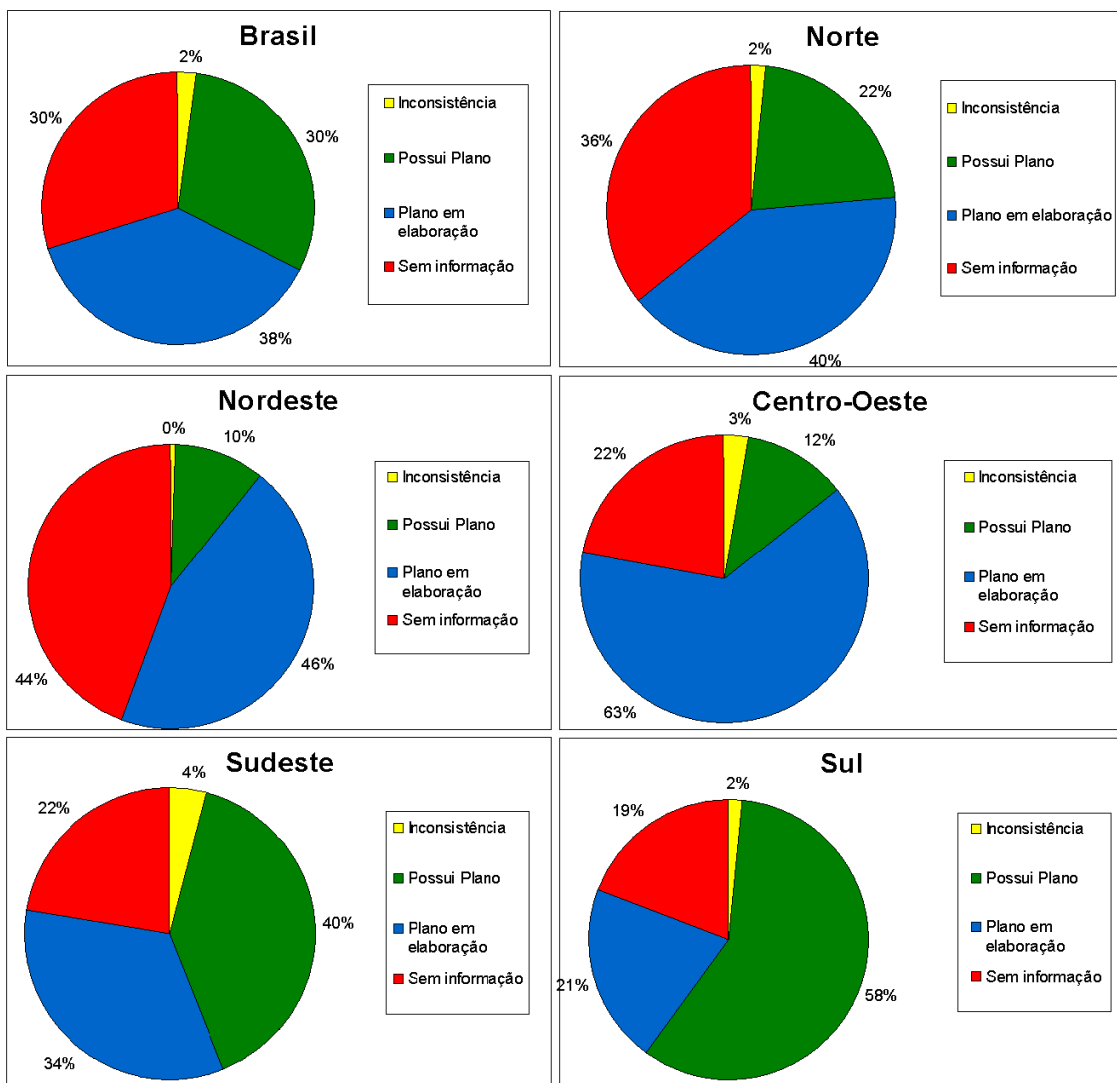
MUNIC 2011: Número de municípios com Plano segundo PORTE POPULACIONAL									
CLASSES DE TAMANHO DA POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS (hab)	Total de Municípios por Classe	%	Nº Municípios com Plano	%	ABRANGÊNCIA				Plano conjunto com outros
					AA	ES	RS	AP	
Até 5.000	1303		89		80	72	53	49	8
5.001 a 10.000	1212		99		85	79	70	58	6
10.001 a 20.000	1400		140		117	122	96	73	12
20.001 a 50.000	1043		137		116	119	99	88	14
Até 50.000 (Funasa)	4958	89,1	465	76,4					
50.001 a 100.000	324		69		62	61	49	43	5
100.001 a 500.000	245		63		57	59	38	35	
Mais de 500.000	38		12		11	11	10	9	3
Maior de 500.000 (MCidades)	607	10,9	144	23,6					
TOTAL	5565	100,0	609	100,0					

ANEXO 2

PANORAMA PLANOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO BÁSICO



<i>Situação</i>	<i>Inconsistência</i>	<i>Possui Plano</i>	<i>Plano em elaboração</i>	<i>Sem informação</i>	<i>Total</i>
Norte	8	99	182	162	451
Nordeste	8	184	805	797	1794
Centro-Oeste	13	54	295	104	466
Sudeste	70	662	561	375	1668
Sul	21	693	248	229	1191
Brasil	120	1692	2091	1667	5570



ANEXO 3

Metodologia de Referência para elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico

